



Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUADRINGENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove, no Plenário do Conselho de
2 Saúde do Distrito Federal – CSDF, SIG, Quadra 01 – Centro Empresarial Brasília, salas 316 a 319,
3 realizou-se a Quadringentésima Vigésima Sexta Reunião Extraordinária do Conselho de Saúde do
4 Distrito Federal – CSDF. A Reunião contou com a presença da *Presidente do CSDF, Lourdes Cabral*
5 *Piantino, da Secretária Executiva do CSDF, Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante, dos*
6 *conselheiros segmento trabalhador: João Daniel Ferreira Mendes, Jeovânia Rodrigues Silva, Márcio*
7 *da Mata Souza, Maria Cristina Guedes de Souza, Milson Marinho de Araújo Barbosa Júnior, Williamar*
8 *Dias Ribeiro, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior, Fátima Lúcia Rôla, Marina Saraiva Garcia, Humberto*
9 *de Oliveira Lopes, Tiago Sousa Neiva, Rosalina Aratani Sudo; dos conselheiros segmento usuário:*
10 *Darly Dalva Silva Máximo, Yunara Fernandes Venturelli, Silvestre Araújo, Raimundo Nonato de Lima,*
11 *Vera Lúcia Bezerra da Silva, Domingos de Brito Filho, Marly de Fátima Barbosa de Araújo, Magda*
12 *Maria Cardoso da Silva. Justificaram ausência os Conselheiros Luiz Carlos, Jorge Bruno e a*
13 *Conselheira Ildeci. Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, iniciou a reunião às*
14 *09h50. Efetuou a leitura de nota da SES, encaminhada ao CSDF, assinada pelo Secretário de Saúde*
15 *Osnei Okumoto, que “comunica que os conselheiros gestores recentemente designados como*
16 *membros do Conselho de Saúde do DF informam que não poderão participar da 426ª RE do CSDF*
17 *diante do fato de alguns estarem em gozo de férias e outros ainda não terem tomado posse nos cargos*
18 *de conselheiros titulares e suplentes”. Informou ainda a Presidente do CSDF que a posse seria*
19 *realizada extraordinariamente na presente reunião, com a presença deles e do Secretário porque a*
20 *posse é dada pelo Presidente do Conselho e homologada pelo Secretário de Saúde. Lembrou que a*
21 *publicação foi feita no Diário Oficial do DF no dia 24 de janeiro de 2019. Continuou com a leitura da*
22 *nota, dizendo que “é imprescindível destacar que os conselheiros gestores apoiam a discussão e o*
23 *amplo debate sobre o tema em pauta sugerindo que seja devidamente discutido em momento*
24 *oportuno, assegurada a paridade de representação Intersectorial, de acordo com o artigo 2º da Lei nº*
25 *4.604, de 2011”. Opinou a Presidente que sem a paridade o Conselho não pode deliberar nada, mas,*
26 *assim como foi discutido sem a participação do Conselho, apenas na gestão, entende também que se*
27 *possa discutir o tema sem a paridade no pleno. Secretária Executiva do CSDF, Andressa Cristina,*
28 *comunicou ao pleno a presença da Deputada Distrital Júlia Lucy. Conselheiro Tiago Neiva anunciou*
29 *a presença do Dr. Gutemberg, Presidente do Sindicato dos Médicos. Item 01 – Apresentação e*
30 *aprovação da Pauta 426ª Reunião Extraordinária do CSDF – Coordenação: Mesa Diretora CSDF.*
31 *Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, efetuou a leitura da Pauta da 426ª RE*
32 *do CSDF ao pleno. Solicitou inclusão de pauta explicando que em função do tempo e da necessidade*
33 *de organização da Conferência Distrital de Saúde que irá acontecer em junho é preciso aprovar o*
34 *chamamento da Plenária para escolha do representante Coordenador de Plenária Nacional. Verificada*
35 *a presença do quórum qualificado para deliberações. Foi colocada em votação a pauta com a inclusão*
36 *solicitada e foi aprovada por maioria de votos, com abstenção dos conselheiros Márcio da Mata, João*
37 *Daniel, Milson, Silvestre, Williamar e conselheira Vera Lúcia. Conselheiro Williamar justificou a*
38 *abstenção pelo motivo de evitar possível manobra de inversão de pauta. Informes: Conselheiros,*
39 *convidados e Secretária Executiva. Coordenação: Mesa Diretora. Conselheiro Jefferson informou que*
40 *no dia da votação da CLDF ocorreram problemas no PS do HRT e detalhou os fatos ocorridos.*
41 *Conselheira Fátima Rola destacou a importância da participação da sociedade organizada no CSDF.*
42 *Disse que nas redes sociais foi imputada claramente a responsabilidade do que aconteceu ao CSDF*
43 *Disse que esse Projeto de Lei hora nenhuma o CSDF foi comunicado, mas mesmo assim o CSDF, a*
44 *Mesa Diretora, foi atrás de todos os responsáveis dessa questão, várias entidades, e inclusive os*
45 *conselheiros foram atrás dos parlamentares para discutir a questão e pedir para que não fosse*
46 *aprovado, porém apesar de todos os esforços o PL foi aprovado na CLDF. Destacou a importância*
47 *deste fórum. Disse que em novembro do ano passado, após as eleições, alertou ao pleno que em 2019*
48 *aconteceriam surpresas de todas as maneiras no primeiro dia de janeiro. Disse que a primeira coisa*
49 *que o Presidente faria quando voltasse dessa licença seria tentar de todas as formas acabar com todos*

os Conselhos que existem no País. Conclamou a todos o fortalecimento para que juntos não se permita que o serviço público de saúde seja prejudicado. Conselheiro **Williamar** cumprimentou a todos presentes e disse que fez um requerimento, no dia 16 de janeiro, solicitando uma reunião extraordinária, sendo que na data ainda não tinha sido apresentado nem o próprio projeto à CLDF, por compreender que o CSDF é o fórum legítimo e ativo, conforme prevê a Constituição. Disse que não tem como o Governador falar que a comunidade está favorável sem ouvir o Conselho porque o Conselho é a comunidade. Disse que o Controle Social não teve acesso ao Projeto de Lei e quando se teve acesso já estava votado. Colocou um óbice legal que é de conselheiros deste pleno, titular, que compõem conselho administrativo e conselho gestor do Instituto, dizendo que, salvo melhor juízo, não podem votar esse assunto porque é conflito de interesse, justificando que como um conselheiro vai se autofiscalizar. Disse que tem de três a quatro conselheiros nessa situação no pleno, e vai pedir um impedimento legal. Conselheiro **Raimundo Nonato** informou que o Hospital Dia, hospital de referência há mais de trinta anos na capital, e hoje com a questão do HIV aumentando entre a juventude e os idosos ele só está recebendo pessoas que já estão somatizadas com AIDS, não está recebendo as pessoas notificadas. Disse que faltam profissionais e o hospital está cheio conforme relatado a ele, e ele como usuário e também como conselheiro tinha que trazer o assunto ao pleno. Disse que esteve aguerrido, ele e a Presidente, durante essa batalha, juntamente com o conselheiro Domingos, andando na Câmara Legislativa pedindo para suspender a votação do PL e infelizmente não foram ouvidos dentro da CLDF. Conselheira **Jeovânia** registrou que no arcabouço jurídico do SUS o ponto alto de um SUS democrático é a Conferência de Saúde e resgatou que a 9ª Conferência de Saúde do DF, em 2015, a sua sexta moção de repúdio foi sobre, naquela ocasião quando a SEPLAG abria o edital para inscrição de instituições na qualidade organização social para exercer a saúde. Disse que aquela mesma conferência deliberou no seu documento final o item sétimo, assegurar o fortalecimento e instâncias de controle social garantindo o seu caráter deliberativo. Citou a nona deliberação, garantir que as deliberações do Conselho de Saúde sejam efetivadas. Citou a deliberação dezenove, assegurar a aplicação de recursos públicos, que se dê no serviço público, e os investimentos em saúde complementar só ocorram mediante análise, aprovação e transparência social garantindo a regulamentação em todas as instâncias do Controle Social. Citou, por fim, a deliberação trinta e um, valorizar o SUS como política de estado. Registrou sua indignação de perceber que o esforço em exercer o controle social como SUS democrático foi rasgado pelo poder executivo e por uma parcela dos parlamentares. Disse que o que se está vendo no DF é muito grave e sério, estão sendo rasgadas todas as leis que construíram um SUS que fez trinta anos no ano passado. Assegurou que o segmento trabalhador irá lutar até o fim para não aceitar o que aconteceu na semana anterior. **Denise**, CRS Santa Maria, fez a leitura de um relatório que informa que o Hospital de Santa Maria não tem estrutura física para abertura de mais 200 leitos e o CRS Santa Maria manifesta-se contrário ao IGESDF. Dr. **Gutemberg Fialho**, Sindicato dos Médicos, disse que o Projeto de Lei foi feito de forma apressada e sem a devida discussão. Disse que o IHB teve avanços, porém inúmeros retrocessos como cirurgia pediátrica, oncologia, hematologia, serviço de residência médica, que foram fechados e deram prejuízo à assistência. Disse que o modelo implementado em Goiânia não deu certo e o Governo de Goiás está voltando atrás. Citou o caso do Rio de Janeiro também. Frisou que o assunto tem que ser discutido. Deputada distrital **Júlia Lucy** disse na semana anterior, na quinta-feira, saiu da Câmara completamente exaurida, que colocou o que pode colocar no sentido de retirar de pauta e os argumentos foram apresentados no dia. Disse que o IHB irá passar pela primeira avaliação em 31 de março de 2019, quando ele vai entregar o primeiro relatório do contrato de gestão, após a SES tem noventa dias para avaliar e depois o TCDF. Disse que hoje não se tem o menor embasamento para dizer avaliar. Disse que votou contrário ao PL e está absolutamente tranquila com relação a isso. Disse que agora será avaliada uma das pessoas que já foi indicada para gerir o sistema, a filha do Renato Rainha, que ela vai ser sabatinada na Câmara, e solicitou que sejam encaminhadas perguntas a ela para a sabatina. Disse que agora se tem que mostrar que essa expansão apressada não vai funcionar, que não tem a menor dúvida disso. Informou que tem notícias que toda a direção atual do Instituto vai ser mudada e inclusive essa própria direção não tem propostas para as outras unidades de saúde. Deputado distrital **Jorge Viana** chamou a atenção do CSDF para o fato de que está fazendo um trabalho de fiscalizador dos recursos públicos e discorreu acerca da aplicação destes recursos. Disse que com esse modelo vai acontecer de se descentralizar o valor, no entanto parece que está se criando uma secretaria dentro de outra secretaria, então se terá duas secretarias, uma do Instituto e outra nossa, e o orçamento é o mesmo. Disse que esse orçamento vai gerir as duas e vai chegar um momento que o orçamento maior vai para essa nova secretaria e a outra secretaria vai ser diminuída. Disse que essa nova secretaria vai escolher o que ela quer fazer. Disse que o que vai acontecer no futuro é de se começar a ter uma super secretaria funcionando do jeito que eles querem e uma outra nem tanto, e aí o serviço será terceirizado. Disse que o problema que esse conselho tem hoje é de

110 averbar uma descentralização de recursos colocando em risco lá na frente principalmente o
111 atendimento que será terceirizado. Ressaltou o papel do CSDF, que em tese é o fiscal prioritário
112 nessas mudanças. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, efetuou um histórico
113 dos fatos em referência ao IHB, explanando acerca da sua criação e funcionamento. Foi, em seguida,
114 aberta a palavra aos conselheiros do DF, regionais e convidados. Conselheiro **Tiago Neiva**, CSDF,
115 parabenizou à Presidente do CSDF, Lourdes, pela postura em relação ao caso. Pontuou suas
116 observações. 1) a 9ª Conferência de Saúde disse não OS/OSCIP e sim Fundação Pública; 2) em 14
117 de agosto de 2013 foi aprovada a Fundação Pública para o DF, na gestão Agnelo, sendo inclusive
118 apresentado o projeto à CLDF, e infelizmente não foi aprovado. Disse que fez uma ressalva inclusive
119 a propósito de não haver prejuízo aos direitos dos trabalhadores da SES-DF; 3) houve zero debate no
120 CSDF acerca do Instituto Hospital de Base e houve um argumento da gestão que se baseou que no
121 Regimento do Conselho, em seu artigo 14, inciso 24, ele informa que o pleno tem o poder de opinar
122 acerca do Projeto de Lei da CLDF quando ele é encaminhado pela própria Câmara, sendo esse um
123 argumento da gestão para “bloquear a participação e deliberação do Conselho em relação a Instituto;
124 4) o Conselho aprovou a organização similar ao Sarah, “estrutura organizacional relativamente
125 autônoma”, e isso aqui se enquadra perfeitamente no que tanto a Conferência de Saúde como o
126 Conselho aprovaram. Disse que na sua interpretação o que o Conselho aprovou foi Fundação Pública;
127 5) por princípios, segundo os gestores que antecederam os atuais, que defenderam o Hospital de
128 Base, o Instituto possui vocação específica, por conseguinte um contrato de gestão próprio, assim
129 qualquer agregação ao Instituto poderá ameaçar a própria existência do Instituto. Disse que o que está
130 acontecendo no que agora é lei, segundo a Deputada Júlia, seria um contrassenso, se referindo a
131 perspectiva dos gestores da gestão anterior. Disse que na nossa interpretação desse cenário, a atual
132 lei vai representar um contrassenso ao que a gestão propôs, vai destruir o próprio Instituto; 6) graves
133 erros na gestão do Instituto na gestão de recursos humanos, de acordo com a opinião dos
134 trabalhadores, ameaça aos servidores e ameaça à própria Secretaria, na medida, por exemplo, que
135 excepcionais profissionais com a qualificação extremamente específica, raros no mercado, estão
136 sendo retirados do Instituto com o propósito de substituição por servidores mais baratos, pessoas com
137 uma formação profissional e experiência muitas vezes menor e esses servidores que são muito caros
138 ao sistema de saúde do DF estão sendo colocados em locais onde a sua vocação, sua competência
139 não será minimamente exercida. Disse que esses erros não foram corrigidos na Lei aprovada,
140 deveriam ter sido corrigidos. Disse que a proposta foi que o Instituto, a depender da deliberação do
141 servidor, seria obrigado a manter o servidor sem qualquer prejuízo à sua remuneração, infelizmente
142 uma emenda que não foi acolhida pela Câmara; 7) é necessário que o Instituto seja adequado às
143 deliberações, tanto da Conferência de Saúde do DF quanto do CSDF, ou seja, o Instituto seja
144 transformado em Fundação Pública; 8) propôs rejeição pelo CSDF à Lei que cria o IGESDF e que o
145 Instituto Hospital de Base seja transformado em Fundação Pública conforme deliberações tanto da 9ª
146 Conferência quanto deste Conselho. Propôs a rejeição ao IGESDF e a transformação do IHB em
147 Fundação Pública. Conselheiro **Domingos de Brito** disse que na realidade o que se pretende aqui é
148 mostrar o retrato do Brasil. Citou o exemplo dos acontecimentos recentes em relação às barragens em
149 MG para ilustrar as consequências do não cumprimento das leis, que em 2016, com o rompimento da
150 barragem de Mariana, foram propostas inúmeras leis que deveriam ter sido cumpridas e assim não
151 teríamos essas mortes que ocorreram na semana passada. Disse que mais uma vez no Brasil não se
152 cumprem as leis, o que é estabelecido, e o que se está vendo agora é mais um não cumprimento de
153 lei. Disse que, estabelecido posto nos itens 196, no artigo 196/197/198/199 e 200 da Constituição
154 Federal se estabelece a criação das Conferências e dos Conselhos, instância máxima de discussão
155 de qualquer lei, de qualquer favorecimento da saúde como um todo. Lembrou que antigamente o
156 cidadão para ser consultado tinha a necessidade de ter uma carteira de trabalho, ou então era tratado
157 nas Santas Casas de Misericórdia, ou então era tratado como indigente. Disse que a Constituição e a
158 Conferência, em 1986, mudaram isso, ouvindo a comunidade, os partícipes diretos, e, mais uma vez,
159 esse Conselho foi aviltado das suas decisões e das suas análises, e remeteu-se sem qualquer tipo de
160 análise a uma casa na CLDF, um projeto, que segundo algumas cabeças é um projeto que vai resolver
161 a saúde, mas quem está dizendo que vai resolver a saúde é uma única cabeça. Disse que ouviu em
162 uma reunião na semana passada, na SES, a seguinte frase: “a correria se deu no afã de acertar”.
163 Questionou ao pleno se aquele usuário, aquele paciente, nas Unidades Básicas de Saúde, nos
164 Hospitais, ele está preocupado no afã de acertar ou a vida dele que se esvai. Citou a Lei 4.604, que
165 diz que cabe ao Conselho de Saúde deliberar sobre os programas e projetos de saúde a serem
166 encaminhados à CLDF. Disse que de novo se avilta esse Conselho sem ser sequer discutido aqui.
167 Referiu-se ao encaminhamento do Conselheiro Tiago para que este Conselho reprove, chame-se a
168 discussão, se querem implantar uma lei que essa lei seja discutida nessa casa, que é a casa da
169 comunidade, a casa da sociedade, com todos os partícipes envolvidos, usuários, trabalhadores

gestores, para que se analise os prós e contras e se aprove a melhor medida para se sanar a saúde como um todo. Conselheiro **Jefferson** efetuou ponderações acerca da atual situação. Disse que hoje se vive uma situação que foi desenhada há mais de um ano, e foi executada. Disse que o SINDSAÚDE foi, é e sempre será contra a terceirização, privatização da saúde. Resgatou deliberações anteriores do CSDF que dizem respeito a discussão do Instituto Hospital de Base. Disse que não viu mobilização, tanto de conselheiros de saúde, instituições ou de deputados, contrariamente à criação do Instituto Hospital de Base. Efetuou uma correção em relação à fala de alguns colegas, que o recurso hoje do Hospital de Base é o custo dele e, se por acaso vai para outro hospital, será o custo daquele hospital hoje, quanto ele custa, o que será aplicado lá e não todo o recurso da SES, como foi dito. Disse que o Instituto de gestão irá analisar as outras áreas, então a situação vai ficar pior. Conselheira **Jeovânia** endossou a palavra dos conselheiros anteriores chamou à responsabilidade os conselheiros de saúde do DF que irão votar hoje, lembrando o caso da Cruz Vermelha de Petrópolis, que houveram vários conselheiros que responderam judicialmente. Citou outros casos semelhantes no DF, como o Instituto Candango de Solidariedade, da Fundação Zerbini, da Real Sociedade Espanhola, da caixa preta do Hospital da Criança. Disse que não é contra, e sim a favor da saúde pública de qualidade, com o zelo também público, o zelo dos recursos, com o acompanhamento do que é gasto e do que é executado. Questionou a ausência do segmento dos gestores na reunião. Conclamou os conselheiros que irão votar hoje para dizer não à nova lei. Conselheiro **Raimundo Nonato** fez uma pequena retrospectiva da oitava conferência, de 1986, que desencadeou a Lei nº 8080, uma lei federal, que está sendo desrespeitada por uma lei distrital. Conclamou os conselheiros a dizer não à nova lei estratégica de gestão colocada pelo Governador Ibaneis. Conselheira **Fátima Rôla** disse que representa a Associação dos Profissionais de Saúde Pública do DF e o voto é não, que não tem que aceitar as decisões do Governador e que é necessária a cobrança aos distritais. Propôs a criação de um Grupo de Trabalho do CSDF para estar dentro do Hospital de Base, em um período de trinta dias, para a realização de um levantamento de tudo o que está acontecendo lá e em seguida convocar a administração do Instituto para prestar esclarecimentos a esse pleno. Disse que tem que se convocar inclusive o Governador para esclarecer essa loucura toda que ele mandou para a CLDF. Conselheiro **Silvestre** disse que existem trabalhadores nas unidades de saúde que merecem o seu respeito, mas infelizmente tem alguns trabalhadores que não tiram nem o fone de ouvido para tender o usuário. Disse que tem trabalhadores que parece que tem um ano que não recebe salário. Informou que teve uma reunião em sua associação em Taguatinga, na qual todos da associação estavam presentes, e todos apoiaram o Governador pois as pessoas estão desesperadas, estão há mais de cinco anos na fila para fazer uma cirurgia, uma tomografia, um exame. Disse que a população está desesperada, não quer saber se o trabalhador lá vai perder o seu emprego ou as consequências daqui a dez, quinze anos, ela quer saber se ela vai ser atendida. Disse que se os trabalhadores que estão aqui hoje tem outra solução para apresentar a esse Conselho se manifestem. Disse que o que está acontecendo é que a maioria dos trabalhadores aqui não está pensando nos usuários que estão na fila. Disse que não se está de acordo com essa situação deve-se trazer uma solução para ser apresentada a esse pleno, para o Secretário e para o Governador. Frisou que o usuário está cansado de ficar na fila esperando e ser mal atendido por alguns trabalhadores que estão há mais de trinta anos na secretaria de saúde e não respeitam os usuários. Disse que faz parte da associação das pessoas com deficiência de Taguatinga tem quinze anos e pessoas que trabalham nessas UBS, imaginem uma cadeirante tetra ir para um atendimento com um dentista, ele tem que ser removido da sua cadeira e ser passado para a cadeira do dentista e às vezes tem duas pessoas no consultório odontológico e eles dizem que não vão atender porque não tem condições de agir nesse caso. Disse que o que acontece é que os usuários estão no meio dessa briga, governo e trabalhadores, então os usuários não vão aceitar que o trabalhador se imponha para se vote a favor ou não em relação a esse projeto. Conselheira **Fátima Rôla**, como questão de ordem, disse que não pode ficar calada diante do que o Conselheiro colocou no pleno, até porque se tem respeito entre os segmentos. Disse que é servidora da SES desde quando era Fundação Hospitalar, há trinta e cinco anos, e poderia já ter aposentado, mas não o fez porque entende que tem muito ainda para contribuir para a saúde do DF, tanto é que está como Conselheira de Saúde do DF. Disse que tem servidor que não condiz com o que deveria oferecer sim, mas não se pode dizer que todos o são, assim como também tem usuário oportunista que aproveita da sua condição para poder usar de todos os meios das suas legalidades para ter todos os benefícios que tem por aí. Continuou dizendo que não quer afrontar e nem ser afrontada por ninguém. Disse que é usuária do sistema, sem nunca ter plano de saúde e é cem por cento SUS e não pode admitir que ninguém diga que não é servidora exemplar. Conselheira **Jeovânia**, como questão de ordem, disse que o que está sendo debatido é a sobrevivência do SUS. Propôs ao pleno que o voto de hoje deve ser declarado e ter nominalmente seu voto estabelecido em ata. Criticou o exemplo dado pelo Conselheiro Silvestre quando este se referiu ao consultório odontológico, questionando ao pleno quem

230 se responsabilizaria para transportar um ser humano, sozinho, para uma cadeira odontológica, sem
231 ninguém para auxiliar. Continuou dizendo que se isso é desabonar ou colocar em dúvida a
232 responsabilidade do profissional que estava lá é um absurdo, que, ao contrário, esse é um exemplo
233 de responsabilidade profissional, à vida e ao usuário do SUS. Encaminhou que cada conselheiro
234 assuma hoje o voto que vai dar e cite nominalmente o que vai fazer com o SOS do DF. Conselheiro
235 **Raimundo Nonato** citou o caso de uma ex-conselheira que foi a óbito, na semana passada, que era
236 do Conselho, na época da Cruz Vermelha, que teve os bens bloqueados e ela veio a óbito em função
237 disso, por um AVC, que foi investigada pela Polícia Federal e só não foi presa por ter mais de 85 anos.
238 Frisou que se tem que ter muita responsabilidade. Conselheiro **Williamar** disse que fica muito triste
239 quando vê na CLDF deputados, como militares, falando que a culpa é do trabalhador. Questionou se
240 o trabalhador faz gestão, se compra insumos, se coloca um ar condicionado para ele trabalhar
241 decentemente, respondendo que quem faz gestão é a Secretaria. Disse que ainda teve deputado que
242 queria, pois alguns são atendidos por um plano à parte. Questionou se tem plano de saúde hoje na
243 SES, sendo respondido que não. Disse que cansou de enterrar colegas, colegas que suicidaram,
244 tiraram suas vidas. Questionou qual a responsabilidade dos conselheiros, complementando que todos
245 fazem parte de um grande elo. Mostrou ao pleno um documento, em suas mãos, dizendo que é o que
246 pode acontecer com o DF, explicando que se trata de um Termo Aditivo do Instituto, mostrando
247 novamente o documento em suas mãos ao pleno, que altera, tira o custeio e o custeio de pessoal, dá
248 um cheque em branco de cinquenta milhões mensais para o Governador. Voltou a dizer que estava
249 com o aditivo em mãos e iria passar em mãos da senhora Presidente. Disse que o aditivo foi passado
250 pelo Secretário de Saúde em suas mãos. Explicou que é uma minuta que retira as colunas de custeio
251 e custeio de pessoal e deixa apenas o total, cinquenta milhões, cento e setenta e sete. Disse que
252 queria demonstrar no pleno o que já aconteceu no Rio de Janeiro, Minas Gerais está acontecendo
253 agora. Disse que no Rio de Janeiro enfartou um senhor na frente de um hospital e tinha um tapume.
254 Disse que, querendo ou não, confia em seus colegas que estão no plantão nesse exato momento, e
255 se chegar uma emergência será atendido, custe o que custar. Falou, se dirigindo a todos os usuários
256 e acadêmicos no pleno, que isso é um cheque em branco. Frisou que se tem uma responsabilidade
257 enorme sobre os ombros, que se tem que mudar, tem que mudar, tem que profissionalizar a gestão,
258 tem que ter uma gestão profissionalizada, tem que ter insumos suficientes para um profissional
259 trabalhar e outra coisa, acima de tudo, tem que ter respeito ao servidor e ao usuário. Endossou o
260 encaminhamento do Conselheiro Tiago Neiva e propôs que seja como resolução do CSDF, que é o
261 ato máximo de um conselho. Conselheira **Darly** disse que o grande problema é a generalização, que
262 essa questão de servidor e trabalhador não trabalhar é uma questão generalizada, se sabe que tem,
263 porém a maioria honra a camisa que veste no SUS. Questionou a quem interessa o desmonte do SUS.
264 Disse que o usuário está sendo manipulado e induzido para que acredite que o SUS não presta. Disse
265 que todos os dias na TV são noticiados casos de morte e precariedade no atendimento, porém não há
266 um caso que relate sucesso. Citou o caso de Brumadinho, que o Governo está assumindo o ônus do
267 socorro e nenhuma empresa privada está ajudando. Conselheira **Rosalina** ponderou que se o principal
268 papel do Conselho é analisar essa agora lei que já foi aprovada na Câmara, sem a análise deste
269 Conselho, portanto de forma irregular, mas uma vez instituído o papel deste conselho é estar avaliando
270 a eficácia desta lei. Disse que o recurso repassado para o Instituto Hospital de Base foi medido a partir
271 de um serviço que tem na SES que é a gestão de custos. Chamou a atenção para quanto a SES
272 gastava por mês com o Hospital de Base considerando absolutamente tudo, quanto dos gastos de
273 tudo o que é colocado e utilizado pelo hospital. Definiu-se o valor. Disse que uma vez que se tornou
274 Instituto esse recurso é repassado para o Instituto, mas como esse recurso é repassado para ele se o
275 Instituto continua pegando material da SES, ou seja, ele utiliza duas vezes esse recurso, recebe o
276 dinheiro e recebe a mercadoria já comprada que ele deveria adquirir. Questionou o porquê de
277 dezesseis salas do centro cirúrgico somente seis funcionam, respondendo que é por falta de material.
278 Disse que são essas situações que o CSDF tem que analisar. Disse que antes o Hospital de Base
279 realizava as cirurgias cardíacas e hoje não realiza mais, quem realiza é o INCOR, esse valor estava
280 incluso no recurso que o Base recebe, sendo que ele não faz mais. Disse que quando o deputado
281 questionou no dia da votação analisar apenas um ano, ou seja, o ano anterior ao funcionamento do
282 Instituto é muito pouco, deve-se analisar cinco anos antes, pois cinco anos antes não se tinha ideia
283 que iria se criar o Instituto e aí sim era o real Hospital de Base. Conselheiro **João Daniel** citou as
284 condições de atendimento e trabalho dos servidores precárias do CAPS. Contextualizou que metade
285 dos servidores do seu serviço fazem uso de psicotrópicos, antidepressivos. Questionou se apenas um
286 ano é tempo suficiente para se avaliar a eficácia do IHB. Disse que, em sua opinião a PL, que agora é
287 lei, tem aspectos inconstitucionais, fere as premissas e diretrizes do SUS, a questão da lei da
288 transparência, o princípio da integralidade da descentralização. Lembrou que o Ministério Público
289 Federal, o Ministério Público do Trabalho e DF emitiram uma nota alertando o grande perigo e

290 problemas que esse modelo poderá trazer. Lembrou ainda que não existe nada na lei de diretrizes
291 orçamentárias contempla a questão da expansão desse modelo do Hospital de Base. Conselheiro
292 **Márcio da Mata** observou que hoje o usuário precisa do atendimento, mas o trabalhador não é o
293 culpado e sim uma situação provocada pela gestão, de precarização. Disse que não concorda com a
294 forma como esse PL foi encaminhado. Convocou os usuários e trabalhadores a trabalharem juntos em
295 defesa do SUS. Conselheira **Yunara** disse que todos são usuários do SUS. Lembrou que a Atenção
296 Primária é a principal porta de entrada para os graduandos quando se vai realmente trabalhar dentro
297 do sistema e estes precisam do auxílio dos trabalhadores e usuários. Solicitou aos conselheiros que
298 quando forem votar lembrem-se de quem está iniciando, entrando nesse sistema, realçando que o
299 sistema que se tem hoje não contempla o estudante e o estudante precisa do auxílio dos trabalhadores
300 e usuários. Dr. **Gutemberg Fialho** chamou a atenção de que essa forma de gestão acaba com o
301 instrumento fundamental que é o concurso público, que promoveu a igualdade, valorizou a
302 meritocracia, fortaleceu o exercício da cidadania e deu acesso aos serviços prestados pelo Estado
303 através do concurso público, que esse modelo acaba. **Rubens** aproveitou a fala do Conselheiro
304 Silvestre, opinando que ela é fundamental para essa batalha que se está travando. Disse que se tem
305 muita clareza, como colocado no pleno anteriormente, do quanto essa lei prejudica os servidores, mas
306 é preciso ter clareza e se levar para todos os lugares nos quais cada um de nós são lideranças das
307 implicações que a terceirização e privatização implicam para a saúde e o acesso aos serviços da
308 população. Disse que se tem muitos indícios de corrupção, são milhões de reais que ficam
309 concentrados nas mãos de pouquíssimas pessoas que são selecionadas de maneira obscura e que
310 depois vão dar em retorno aqueles grandes contratos, e na eleição seguinte se vê o quanto isso vai
311 contaminando o sistema político, inclusive levando as pessoas que se comprometeram durante toda a
312 eleição a, no momento seguinte, na primeira ação, mudar completamente as suas promessas e fazer
313 o contrário do que tinha dito durante todo o processo eleitoral. Disse que o segundo ponto, em relação
314 à paridade do serviço, também está bastante claro pelas falas que antecederam, o quanto que isso
315 funciona, se apresenta um projeto inicial bem bonitinho e baratinho e com o tempo vai colocando
316 aditivo, aumentando o custo e diminuindo o serviço prometido anteriormente. Disse que é necessário
317 cuidado na análise da questão e observância a paridade no serviço. Ressaltou a importância do
318 controle social e que o CSDF deve se manifestar com clareza contra essa terceirização e contra essa
319 privatização. **Estela** disse que é triste admitir que conseguiram colocar o usuário e o trabalhador em
320 lados opostos. Disse que o CRS Ceilândia emitiu parecer negativo em referência à lei do Instituto.
321 **Aécio**, CRS Sobradinho, publicizou um documento, entregue à Mesa Diretora, que externa a
322 preocupação com a expansão do modelo do IHB no DF. **João do Violão** disse que o que se vê hoje
323 no governo do DF é o oposto do que se viu na campanha eleitoral. Disse que a culpa do caos é do
324 governo e não do servidor. Apoiou uma resolução do CSDF. **Terezinha** opinou que o que aconteceu
325 foi que o usuário não foi ouvido. Disse que o controle social foi esmagado, que não se ouviu o povo,
326 que existe muito interesse por trás disso. **Marcelo**, CRS Cruzeiro, disse que o CRS Cruzeiro definiu
327 por um parecer negativo, até pelo motivo que este não foi consultado. Propôs que, além de reprovar o
328 instituto, se convoque o Governador para dar explicações. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
329 Presidente do CSDF, disse que existem duas questões a serem tratadas pelo Conselho, uma é o que
330 está valendo agora que é o IHB, isso é um fato, e a outra é a aprovação pela CLDF do projeto de lei
331 que aumenta a responsabilidade do IHB. Disse que se deve pensar em dois momentos, um é se deve
332 aprovar ou não a agora lei de criação do IGESDF, e outro é o que o Controle Social, responsável por
333 acompanhar a gestão do IHB, vai fazer. Citou o que diz a legislação de criação do IHB, que este
334 Conselho é responsável por acompanhar o IHB. Disse que o IHB tem até o dia 31 de março para
335 apresentar todos os números para o TCDF e o CSDF. Disse que a partir do dia 31 de março, quando
336 for recebida toda a produção e utilização dos recursos do IHB, se pode nesse período pensar na
337 proposta da Fátima Rola de criação de uma Comissão que vai acompanhar durante 30 dias o IHB.
338 Frisou que isso é uma análise, não uma proposta ainda. Disse que, por outro lado, se tem a
339 possibilidade de votar contrário a lei e buscar o caminho legal para barrar a lei. Disse que pelo que foi
340 conversado com o Ministério Público, não se teria condições de barrar o projeto de lei, mas pode-se
341 questionar a legalidade da lei, principalmente pela forma como foi conduzido. Conselheira **Jeovânia**
342 lembrou que a lei ainda não foi sancionada então não se tem a garantia se essa lei ao ser sancionada
343 revogará a do Instituto Hospital de Base. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF,
344 frisou que em relação ao IHB o Conselho tem a obrigação de acompanhar. Conselheiro **Williamar**,
345 como questão de ordem, ressaltou que está claro, no texto da lei, que fica extinto o IHBDF. Conselheiro
346 **Tiago Neiva** disse que até agora se tem três propostas, que serão lidas pela Secretária Executiva do
347 CSDF, e logo após se iniciará a votação, por voto nominal, e após isso se encerra o debate. Lembrou
348 que o Conselheiro Williamar propôs que seja em forma de resolução, então a primeira proposta a ser
349 votada é essa. Conselheiro **Williamar** pediu a suspensão de uma conselheira que está no Conselho

350 Gestor do IHB, não indicada pelo Conselho, ou seja, não pode votar nesse caso em tela. Conselheira
351 **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, esclareceu ao conselheiro Williamar que nesse
352 Conselho todas as pessoas que irão votar são conselheiros de saúde do DF, independente da sua
353 origem, então todo e qualquer conselheiro que participa desse pleno tem direito ao voto. Conselheiro
354 **Tiago Neiva** ponderou acerca da confecção de resolução pelo CSDF e efetuou a leitura da legislação
355 correlata. **Andressa Cristina**, Secretária Executiva do CSDF, efetuou a leitura das três propostas no
356 pleno: **1)** rejeição da lei que cria o IGESDF; **2)** transformar o Instituto Hospital de Base em Fundação
357 Pública, conforme deliberação da 9ª Conferência e do pleno do Conselho; **3)** constituir um Grupo de
358 Trabalho do CSDF para estar dentro do Instituto em um prazo de 30 dias e em seguida convocar o
359 Instituto para prestar esclarecimentos ao CSDF. Conselheiro **Tiago Neiva** interpretou que as três
360 propostas não são excludentes, que se pode aglutinar as três em uma só. Conselheiro **Jefferson** disse
361 que diverge totalmente das propostas nos moldes apresentados. Disse que a resolução deve ser pelo
362 não reconhecimento do Instituto, que o Conselho não é favorável ao Instituto. Conselheiro **Domingos**
363 **de Brito** concordou com a colocação do Conselheiro Jefferson e propôs a judicialização e a quebra
364 da lei. Conselheiro **Tiago Neiva** explicou que a proposta feita pelo Conselheiro Jefferson é a segunda
365 proposta visto que foi incorporada a proposta da Conselheira Fátima à primeira. Fez uma observação
366 que tanto a 9ª Conferência como o CSDF já aprovaram as Fundações Públicas. Disse que a proposta
367 é transformar o Instituto em uma Fundação Pública, que já é uma questão judicial em debate.
368 Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, resgatou a proposta do ex-secretário de
369 saúde do DF, Humberto Lucena, e o posicionamento do CSDF que resultou na Resolução 465. Opinou
370 que se deve ter uma preocupação de apresentar propostas alternativas à simples rejeição da lei.
371 Conselheiro **Jefferson** apresentou sua proposta que, para ser coerente com o papel do Conselho e o
372 que ele já fez e aprovou, ele refuga completamente o IHB, que não é isso que ele pensou, e como
373 segundo ponto que seja formado um Grupo de Trabalho para viabilizar um outro tipo de gestão dentro
374 da SES, desde que seja público. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, solicitou
375 a conferência do quórum, resultando em quórum suficiente. **Andressa Cristina**, Secretária Executiva
376 do CSDF, efetuou a leitura das propostas: **1)** rejeição da Lei que cria o IGESDF; transformar o IHB em
377 Fundação Pública conforme deliberação da 9ª Conferência de Saúde do DF e deliberação do plenário
378 do CSDF; constituir um Grupo de Trabalho do Conselho de Saúde do DF para estar dentro do IHB
379 para, no prazo de trinta dias, realizar um levantamento e em seguida convocar o IHB para prestar
380 esclarecimentos ao CSDF. **2)** rejeitar a lei que institui o IGESDF, judicializando em caráter de urgência,
381 e criar um Grupo de Trabalho no CSDF para a construção de uma proposta de organização da Atenção
382 Terciária com base nas diretrizes da 9ª Conferência de Saúde. Após debate, foram apresentadas as
383 duas propostas finais para votação: **1)** rejeitar a lei que institui o IGESDF, judicializando em caráter de
384 urgência, e criar uma comissão no CSDF para construir uma proposta de organização da Atenção
385 Terciária nos moldes do que aconteceu com a Atenção Primária e Secundária – Resoluções 465 e
386 505. **2)** rejeitar a lei que institui o IGESDF, judicializando em caráter de urgência, criar uma comissão
387 no CSDF para construir uma proposta de organização da Atenção Terciária nos moldes do que
388 aconteceu com a Atenção Primária e Secundária – Resoluções 465 e 505 – e criar um Grupo de
389 Trabalho para realizar um levantamento de todas as ações do IHB. Conselheira **Lourdes Cabral**
390 **Piantino**, Presidente do CSDF, colocou em regime de votação, com voto nominal. Foi aprovada a
391 proposta número dois, por unanimidade, pelos Conselheiros João Daniel, Márcio da Mata, Milson,
392 Williamar, Fátima Rôla, Humberto, Tiago Neiva, Darly, Yunara, Silvestre, Raimundo Nonato, Vera
393 Lúcia, Domingos de Brito, Magda e Lourdes Piantino. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
394 Presidente do CSDF, questionou se é uma resolução, sendo respondido que sim. Colocou em seguida
395 a votação para realização da Plenária para eleição do Coordenador da Plenária Nacional. Aprovado
396 por unanimidade. A 426ª RE foi encerrada às 13h22. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de
397 Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros.
398 Brasília, 29 de janeiro de 2019.

LOURDES CABRAL PIANTINO

Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTE
Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

JOÃO DANIEL FERREIRA MENDES

Conselheiro titular - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – 11ª
região DF / GO

JEOVÂNIA RODRIGUES SILVA

Conselheira suplente - Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

MÁRCIO DA MATA SOUZA

Conselheiro titular - Sindicato dos Enfermeiros do DF

MARIA CRISTINA GUEDES DE SOUZA

Conselheira suplente - Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região - CRN

MILSON MARINHO DE ARAÚJO BARBOSA JÚNIOR

Conselheiro suplente - Sindicato dos Biomédicos do Distrito Federal –
SINDBIOMÉDICOS/DF

WILLIAMAR DIAS RIBEIRO

Conselheiro titular – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito
Federal – SINDATE/DF

JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR

Conselheiro suplente - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de
Saúde – SINDSAÚDE/DF

FÁTIMA LÚCIA RÔLA

Conselheira titular – Associação dos Profissionais de Saúde Pública do Distrito Federal –
Clube da Saúde

MARINA SARAIVA GARCIA

Conselheiro suplente - Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal – 01 -
CRPDF

HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES

Conselheiro titular – Conselho Regional de Farmácia do DF – CRF/DF

TIAGO SOUSA NEIVA

Conselheiro titular - Sindicato dos Médicos do DF

ROSALINA ARATANI SUDO

Conselheira suplente - Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal – ABEn-
DF

DARLY DALVA SILVA MÁXIMO

Conselheira titular – Central de Movimentos Populares do Distrito Federal – CMP/DF

YUNARA FERNANDES VENTURELLI

Conselheira titular – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília –
CASCO/UnB Ceilândia

SILVESTRE ARAÚJO

Conselheiro titular - Associação Cultural Recreativa Esportiva Farmacêutica do Distrito
Federal – ACREF/DF

RAIMUNDO NONATO DE LIMA

Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal –
MISMEC/DF

VERA LÚCIA BEZERRA DA SILVA

Conselheira titular - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

DOMINGOS DE BRITO FILHO

Conselheiro titular – Pastoral de Saúde do Distrito Federal

MARLY DE FÁTIMA BARBOSA DE ARAÚJO

Conselheira titular - Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase GAMAH

MAGDA MARIA CARDOSO DA SILVA

Conselheira suplente - Associação Brasiliense de Combate à AIDS – Grupo Arco-Íris